

Depois de ficar afastado do TJDF por um ano e cinco meses, acusado de conduta incompatível com o cargo, Wellington Medeiros terá seu destino selado por 33 colegas. MP defende aposentadoria compulsória

Desembargador será julgado hoje

ANA MARIA CAMPOS E
MATHEUS MACHADO

DA EQUIPE DO CORREIO

Numa sessão fechada e voto aberto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal vai discutir hoje a legalidade de provas e a consistência de indícios que relacionam o desembargador Wellington Medeiros em tráfico de influência e favorecimento de interesses privados em detrimento do público. Por trás da discussão jurídica, no entanto, o Pleno Administrativo do Judiciário local se reúne para analisar a conduta ética de um de seus integrantes.

O resultado desse julgamento subjetivo definirá o futuro de Medeiros. Se 22 dos 33 desembargadores que deverão participar da sessão entenderem que o colega manteve uma conduta

repreensível, Wellington Medeiros será punido com a remoção, disponibilidade ou aposentadoria compulsória. Se o placar for menor, ele poderá retomar normalmente as suas funções de magistrado.

Estará em pauta o comportamento de Medeiros, flagrado há dois anos, em conversas particulares com o deputado distrital Pedro Passos (PMDB). Acusado de parcelamento ilegal de terras em diversos processos de autoria do Ministério Público, Passos conversava com o desembargador e pedia orientações a respeito de um conflito fundiário com o então presidente da Terracap, Eri Varela.

Uma sindicância promovida por cinco desembargadores relacionou 26 diálogos extraídos das fitas gravadas com autorização judicial para uma investigação promovida pelo Ministé-

rio Público sobre Pedro Passos e seu irmão Márcio. Os advogados do desembargador terão 15 minutos para sustentar que as gravações não podem ser usadas contra ele porque, como desembargador, só poderia ter o sigilo telefônico quebrado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O desembargador também alega que não há provas de que favoreceu como magistrado os irmãos Passos em processos judiciais.

O Ministério Público, que defende a pena máxima, também terá oportunidade de falar. O procurador-geral de Justiça do DF, Rogério Schietti, dirá que as gravações foram feitas com autorização judicial e comprovam um comportamento incompatível a um magistrado. Procurado pelo *Correio*, o desembargador Wellington Medeiros não foi localizado ontem.

Wanderlei Pozzembom/19.6.04



MEDEIROS: FLAGRADO ORIENTANDO O ENTÃO CANDIDATO PEDRO PASSOS NUM CONFLITO DE TERRAS COM A TERRACAP

ENTENDA O CASO

Escutas que comprometem

Em agosto de 2002, o desembargador Wellington Medeiros foi flagrado por meio de escutas telefônicas em conversas com o deputado distrital Pedro Passos (PMDB), então candidato a uma vaga na Câmara Legislativa. Autorizadas pela Justiça, as escutas fizeram parte de uma investigação do Ministério Público a respeito do envolvimento de Passos na ocupação de uma área no final do Lago Sul

Nas escutas, o desembargador conversa com Pedro Passos a respeito de um embate que o distrital manteve com o então presidente da Terracap, Eri Varela, sobre o cercamento da área entre as QIs 27 e 29, do Lago Sul. Passos estava irritado porque Varela determinou a derrubada das cercas alegando se tratar de uma área pública

Pedro e seu irmão Márcio Passos referem-se a uma pessoa que identificam como "Baixinho", que os ajudaria a resolver alguns problemas de terras em troca de dinheiro. Para o Ministério Público do DF, tratava-se de Wellington Medeiros

As fitas foram incluídas em ação penal ajuizada pelo Ministério Público contra Passos e remetidas ao Tribunal de Justiça do DF, por envolver um desembargador. Em dezembro de 2002, Wellington Medeiros foi investigado em sindicância no Tribunal de Justiça do Distrito Federal

O relatório final, elaborado por cinco desembargadores, apontou indícios de que Medeiros não manteve uma conduta digna de magistrado. A sindicância relacionou 26 gravações com as supostas negociações entre o desembargador e os Passos

Durante a fase de sindicância, o juiz Gilmar Soriano, que atuava na 1ª Vara Criminal, afirmou em depoimento ter sido procurado pelo desembargador Wellington Medeiros. O magistrado teria lhe perguntado sobre o andamento do processo em curso contra Passos

No dia 7 de maio do ano passado, por maioria, o Pleno Administrativo do Tribunal decidiu abrir um processo administrativo disciplinar contra Medeiros. Também resolveu afastá-lo temporariamente de suas funções até a conclusão do processo relatado pelo desembargador Dácio Vieira

Durante o processo administrativo, o juiz Gilmar Soriano voltou a prestar depoimento e afirmou que Medeiros nunca tentou interferir no andamento da investigação contra Passos, apenas pediu informações

Pedro Passos também prestou depoimento e afirmou que Medeiros nunca o ajudou, nem a qualquer integrante de sua família. Também sustentou que nunca se referiu a Medeiros, como "baixinho". Segundo ele, a referência era ao advogado Márcio Gilberto, da Associação dos Condomínios Horizontais do DF (Fachol/DF)

O ex-presidente da Terracap Eri Varela também prestou depoimento ao desembargador Dácio Vieira para falar a respeito do conflito de terras no final do Lago Sul. Ele afirmou ter recebido uma ligação do desembargador que lhe perguntou os motivos do desentendimento

O processo administrativo disciplinar foi concluído em junho deste ano. O então procurador-geral de Justiça do DF, Eduardo Sabo, deu parecer no processo e recomendou a aplicação da maior pena prevista na Lei Orgânica da Magistratura (Loman) a um magistrado, que é a aposentadoria compulsória.